



ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2016 E
529ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONEN/DF

1 Às nove horas e trinta e dois minutos do dia dois de Junho de 2016, na sala de reuniões do
2 CONEN/DF, reuniu-se o colegiado para reunião ordinária do mês de Junho de 2016 e 529ª Reunião
3 Ordinária do CONEN/DF na presença do Sr. Subsecretário **Hugo Sousa Lima**. Presentes os
4 conselheiros: O vice-presidente José Nascimento Rego Martins, Míriam Inez Pessoa França, Maria
5 do Socorro Paiva Garrido; Lívia Márcia Faria Bandeira Vilhalva, Carolina Rebelo Soares, Aryadne
6 Márcia Argolo Muniz, Rodrigo Bonach Batista Pires, Lídia Célia Dourado Clímaco, Luíza Maria
7 Rocha Pereira, Marcos Aurélio Izaias Ribeiro, Levy Calazans dos Santos, Areolenes Curcino
8 Nogueira, Valdir Alexandre Pucci, Paulo Roberto Costa Beck, Frederico Teixeira Barbosa, Jutahy
9 Magalhães Neto, Francisco das Chagas Alves Aguiar Júnior; José Theodoro Carvalho; Rafael Leite
10 de Paula; Ausentes os conselheiros: Humberto de Carvalho Moraes, representado por Míriam Inez
11 Pessoa de França; Daniela de Souza Silva, representada por Aryadne Márcia Argolo Muniz; Suely
12 Francisca Vieira, representada por Luíza Maria Rocha Pereira; César Ricardo Rodrigues da Cunha,
13 representado por Areolenes Curcino Nogueira e Leonardo Gomes Moreira. Também participou da
14 reunião como ouvinte a Sra. Daisy Rotavio Jansen Watanabe e o Dr. Antônio Raimundo Negrão (que
15 ainda aguarda sua nomeação como conselheiro). A seguir serão resumidas as discussões e
16 deliberações do colegiado: **ABERTURA DOS TRABALHOS**: Iniciando a reunião ordinária do
17 CONEN/DF o subsecretário de Estado e de Justiça e cidadania, **Dr. Hugo Lima** fez a apresentação
18 do novo corpo de funcionários que está compondo o CONEN. Explicou que o Futuro presidente
19 **Rafael Leite** ainda não tinha sido nomeado e, portanto a plenária seria presidida pelo então vice-
20 presidente conselheiro **José Martins**. Dando boas vindas à nova equipe e ressaltando a importância
21 do trabalho realizado pelo CONEN, passou o comando da reunião para o conselheiro **José Martins**.
22 Antes de iniciar os assuntos em pauta o presidente interino, conselheiro **José Martins** deu boas
23 vindas ao novo conselheiro **Paulo Beck** representante da Secretaria de Estado do Trabalho,
24 Desenvolvimento Social, Mulheres Igualdade Racial E direitos Humanos do DF e a Titular **Carolina**
25 **Rebelo Soares** representante do ministério público do Distrito Federal e Territórios. Conselheiro
26 **José Martins** atendendo a sugestão da conselheira **Maria Garrido** de que houvesse apresentação de
27 todo conselho, devido ao fato alguns serem novos, pediu que todos se apresentassem. Antes da
28 leitura das atas para aprovação, de abril e maio, a conselheira **Areolenes** sugeriu que a ordem da
29 pauta fosse invertida dando prioridade para discussão sobre o edital, ressaltando a sua extrema
30 importância. Colocada em votação, a sugestão foi aprovada por todos. Depois da leitura da ata de
31 abril e durante a leitura da ata de maio, o Conselheiro **Leandro Almeida** questionou a legalidade da
32 reunião ordinária de maio ter sido presidida pela Senhora **Joana Mello** uma vez que a mesma havia
33 sido exonerada no dia 29.04.2016. Questiona ainda a legalidade de a mesma ter tido direito a voto na
34 eleição para vice-presidente considerando não fazer mais parte deste Conselho, o que causou certo
35 desconforto entre os conselheiros, pois no regimento interno do CONEN Art.20 diz que *‘Ocorrendo*
36 *a ausência ou impedimento do Presidente e do Vice- Presidente, assumirá a presidência dos*
37 *trabalhos, no colegiado, o Conselheiro escolhido entre os presentes’*, fato que não aconteceu, mas
38 que diante da presença do secretário, a Presidência estava representada. Assim, a aprovação da ata
39 ficou para a próxima plenária com a sua validação Secretario de Estado de Justiça e Cidadania
40 **Dr. Marcelo Lourenço**, visto que o mesmo participou de toda a reunião, e com a apreciação da
41 Assessoria Jurídico-Legislativa - AJL da SEJUS que após análise, o resultado será compartilhado
42 para conhecimento de todos os conselheiros para nova deliberação. A conselheira **Maria Garrido**
43 solicitou que fosse registrado sua indagação quanto a legalidade de ouvintes não ter direito a voz
44 uma vez que em outros momentos ouvintes puderam se manifestar. Sendo assim, somente a ata de
45 abril foi votada e aprovada. Continuando a pauta –**VOTAÇÃO DO EDITAL** – o presidente
46 interino conselheiro **José Martins** iniciou o assunto argumentando se seria votado e discutido apenas
47 o ponto 7.1 do edital que foi questionado pela AJL. A conselheira **Maria Garrido** informou que não
48 era viável votar apenas esse ponto, pois alguns assuntos tratados no edital sofreriam outras



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA
CONSELHO DE POLÍTICA SOBRE DROGAS DO DISTRITO FEDERAL**



ATA DA 529ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE MAIO DE 2016

49 interpretações, mesmo tendo sido aprovados em reunião anterior; que era necessária a revisão e
50 alteração, sendo assim, seria necessário uma reunião extraordinária para revisão e votação do edital,
51 acrescentando que se deixassem passar as considerações que precisam ser feitas, o edital poderia ser
52 impugnado pelo movimento pró saúde mental e/ou por outros seguimentos, ficando muito feio para o
53 conselho aprovar algo que vai na contramão da política nacional de saúde mental . O conselheiro
54 **Paulo Beck** querendo entender melhor esta situação perguntou qual motivo levaria a impugnação do
55 edital. A conselheira **Maria Garrido** explicou que nos pareceres da AJL eles suprimem a existência
56 dos serviços do Estado, que são especializados em tratamento de dependência química; que a câmara
57 técnica deliberou um parecer o qual não foi ainda discutido e nem deliberado pelo colegiado; que a
58 nota técnica foi encaminhada a todos os conselheiros, fazendo menção a todas as políticas, portarias,
59 decretos e leis informando, também, que as comunidades terapêuticas são redes de apoio; que o
60 marco regulatório deixa claro que as comunidades oferecem serviços de residência e acolhimento,
61 não de tratamento. A conselheira **Areolenes** se colocou contra ao fato de terminar a plenária sem a
62 concretização desse Edital, pois o mesmo já estava aprovado desde novembro de 2015, e
63 encaminhado a AJL que fez uma consideração de dois itens, porem apenas o item 7.1 é o que precisa
64 ser tratado onde diz que 'A entidade deverá apresentar mensalmente, à SUPRED/DF, nota fiscal que
65 expresse todos os atendimentos prestados durante o mês anterior, identificando os acolhidos atendidos e
66 o período de permanência.' Assim, suprimindo a parte bem como a declaração...A supressão da frase:
67 "... bem como a declaração que comprove o tratamento do acolhido no Centro de Atenção
68 Psicossocial de Saúde - CAPS de referência, estando o repasse vinculado a apresentação dessa
69 declaração.". Conselheira **Areolenes** complementou que apenas este ponto precisava ser tratado e
70 explanou sobre esse tópico. Conselheira **Aryadne** sugeriu também que houvesse uma reunião
71 extraordinária para que esse assunto fosse tratado, reforçou ainda que é necessária mais calma, não
72 importando o tempo que esse assunto levará, para que o edital seja aprovado de maneira correta e
73 sem precedentes para reconsiderações. Conselheira **Maria Garrido** sugeriu que o Edital seja
74 anulado e fazer nova análise a partir dos pareceres e nota técnica; Conselheira **Areolenes** sugeriu
75 considerar apenas o parecer da AJL aceitando os dois itens e manter o edital; Conselheira **Livia**
76 expressou sua opinião alegando que na época em que o edital foi votado ela não votou, pois não
77 atendeu as suas expectativas, concordando assim com a conselheira **Maria Garrido**. Conselheiro
78 **Marcos Aurélio** agregou dizendo que o edital já está a 7 (sete) meses em votação e quem necessita
79 da rapidez nesse edital está lá fora nas ruas sem o auxílio preciso, Conselheiro **Frederico** participou
80 alegando que o que tem que ser feito é trazer em discussão apenas o que está faltando para concluir
81 logo essa fase, pois não concorda com a anulação de todo o processo já realizado não entendendo a
82 necessidade de toda essa burocracia. Por fim a conselheira **Areolenes** deixou registrado o seu
83 descontentamento com o papel do colegiado enquanto produtor de políticas públicas, que não
84 acontecem, porque não há as políticas públicas para quem precisa delas .O presidente interino,
85 conselheiro **José Martins** acolheu as seguintes propostas 1) ANULAR O EDITAL; 2)FAZER
86 NOVA ANÁLISE COM OS PARECERES E A NOTA TÉCNICA DA CÂMARA TÉCNICA EM
87 REUNIÃO EXTRA; 3)CONSIDERAR O PARECERES DA AJL ,OS DOIS ITENS APONTADOS
88 E VOTAR NESSA REUNIÃO. Colhido os votos 12(doze) a favor da nova análise em reunião
89 extraordinária. Conselheiro **José Martins** conclui a votação apresentando resultado e convocando os
90 conselheiros para a reunião extraordinária prevista para o dia 09.06.16, com todos os conselheiros a
91 par de todo o assunto. A conselheira **Maria Garrido** e ausentaram-se da plenária por volta das
92 12h:20min considerando ter um outro compromisso as 13h:30min. Dando continuidade à pauta
93 foram tratadas as **AÇÕES PARA A SEMANA NACIONAL DE PREVENÇÃO AO USO DE**
94 **DROGAS – 19 A 26 DE JUNHO DE 2016**. Conselheiro **José Martins** leu as propostas para a
95 semana, sobre a realização de uma caminhada de prevenção as drogas, com a participação dos
96 seguintes parceiros: Secretaria de de estado da segurança Pública e da Paz Social; Secretaria de
97 Estado de Justiça e Cidadania; Frente Distrito Federal Contra as Drogas; SENAD/MJ; Centro de
98 Atenção Psicossocial em Álcool e Drogas – CAPS AD; Comunidades Terapêuticas; Alcolicos



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA
CONSELHO DE POLÍTICA SOBRE DROGAS DO DISTRITO FEDERAL



ATA DA 529ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE MAIO DE 2016

99 Anônimos; Narcóticos Anônimos; Academia de Polícia da PCDF – Centro Piloto de Educação e
100 Prevenção ao Uso de Drogas e a Coordenação de Repressão às Drogas. Atividades que serão
101 desenvolvidas com Distribuição de Cartilhas; Orientação sobre Prevenção ao Uso de Drogas;
102 Encaminhamentos pelo CONEN E CONSEG conforme as demandas. Colocando em votação pelo
103 presidente interino, **José Martins**, a proposta para o nome dessa campanha com a intenção de que o
104 nome será a característica do evento. Conselheiro **Rodrigo** sugeriu de seguir com a nomenclatura do
105 evento que seria SEMANA NACIONAL DE COMBATE AO USO E TRÁFICO DE DROGAS, e
106 também sugeriu incluir na abertura da semana nacional de combate ao uso e tráfico de drogas no dia
107 17 de junho pela manhã a destruição de toda a droga ilegal apreendida pela PCDF. Após votação das
108 sugestões de nomes apresentados para a campanha ficou aprovado que ficará como **Semana**
109 **Distrital de Prevenção ao Uso e Enfrentamento ao Tráfico de Drogas**. Os outros pontos da
110 pauta que não foram abordados foram transferidos para a próxima reunião. O presidente interino
111 **conselheiro José Martins** declarou encerrada a reunião às 12h50m. E, para constar, foi redigida e
112 lavrada para que, após lida e aprovada, seja assinada pelo Presidente e demais Conselheiros do
113 CONEN/DF.

Rafael Leite de Paula - Presidente
Representante da Secretaria de Estado de Justiça e
Cidadania

Diego Rafael Figueiredo Rocha Paiva
Representante da Secretaria de Estado de Justiça e
Cidadania

Miriam Inez Pessoa de França
Representante Da Secretaria de Estado de Esporte, Turismo
e Lazer

Humberto de Carvalho Morais
Representante da Secretaria de Estado de Esporte, Turismo
e Lazer

Lívia Márcia Faria Bandeira Vilhalva
Representante da Secretaria de Estado de Cultura

Marmenha Maria Ribeiro do Rosário
Representante da Secretaria de Estado de Cultura

Maria do Socorro Paiva Garrido
Representante da Secretaria de Estado da Saúde

Leandro Silva Almeida
Representante da Secretaria de Estado Saúde

Daniela de Souza Silva
Representante da Secretaria de Estado de Educação

Aryadne Márcia Argolo Muniz
Representante da Secretaria de Estado de Educação

José Nascimento Rego Martins
Representante da Secretaria de Estado da Segurança
Pública e da Paz Social

Hebert de Almeida Jardim
Representante da Secretaria de Estado da Segurança
Pública e da Paz Social

Luiza Maria Rocha Pereira
Representante do Conselho Regional de Psicologia

Sueli Francisca Vieira
Representante do Conselho Regional de Psicologia

Marcos Aurélio Izaias Ribeiro
Representante de Centro Recuperação e Com. Terapêutica

Levy Calazans Dos Santos
Representante de Centro Recuperação e Com. Terapêutica

Areolenes Curcino Nogueira



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA
CONSELHO DE POLÍTICA SOBRE DROGAS DO DISTRITO FEDERAL**



ATA DA 529ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE MAIO DE 2016

Representante de Centro Recuperação e Com. Terapêutica

Valdir Alexandre Pucci
Representante da Sociedade Civil

Frederico Teixeira Barbosa
Representante da Sociedade Civil

Jutahy Magalhães Neto
Representante da Sociedade Civil

Rodrigo Bonach Batista Pires
Representante da Polícia Civil – DF

Leonardo de Castro Cardoso
Representante da Polícia Civil - DF

Francisco das Chagas Alves Aguiar Júnior
Representante do Conselho Regional de Farmácia

Leandro Maurício e Silva
Representante do Conselho Regional de Farmácia

Lídia Célia Dourado Clímaco
Representante do Conselho Regional de Serviço Social

Paulo Roberto Costa Beck
Repres. da Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvim
Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Human
SEDESTMIDH

Tarcísio Brandão Melo
Repres. da Secretaria de Estado do Trabalho,
Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e
Direitos Humanos - SEDESTMIDH

Carolina Rebelo Soares
Representante do Ministério Público do Distrito Feder
Territórios

José Theodoro Carvalho
Representante do Ministério Público do Distrito Federal e
Territórios